

CID

AINDA O PROBLEMA DA POBREZA RURAL

A pobreza rural no Brasil não é um problema novo. Hoje, porém, possui características diferentes do que há quarenta anos ou mais. A elevada migração rural-urbana transferiu grandes contingentes populacionais para as cidades, concentrando grande parte da pobreza nas periferias das grandes cidades. Existem ainda muitos pobres no interior, particularmente no Nordeste. Mas o que é pobreza rural, qual sua dimensão, que causas a provocam e que medidas devem ser implementadas para sua erradicação?

Para fins de políticas públicas, a pobreza pode ser caracterizada como absoluta ou relativa. Pobreza absoluta significa a ausência das condições mínimas de existência, como falta de alimentação, de condições mínimas de habitação e vestuário. Suas principais manifestações externas são: a) problemas físicos, como crescimento anormal; b) baixa produtividade no trabalho; c) dificuldade na aprendizagem, por parte das crianças; d) alta mortalidade infantil; e f) baixa expectativa de vida. Dentre as causas da pobreza absoluta, destacam-se: a) altas taxas de natalidade; b) concentração dos recursos produtivos (latifúndios); c)

baixo nível de educação básica; d) falta de oportunidades de empregos; e) baixa capitalização do empreendimento rural; e f) insuficiente acesso à infra-estrutura econômica e social.

Pobreza relativa indica uma situação de inferioridade no nível de qualidade de vida de um grupo em relação aos demais. Supõe-se que estas pessoas já tenham satisfeito suas necessidades básicas, mas lhes falte renda para o progresso econômico-social. Sua integração ao mercado ainda é tênue. Esta categoria é representada, principalmente, pelos pequenos produtores. As principais manifestações externas da pobreza relativa no campo dizem respeito à falta de acesso a um melhor padrão de vida, particularmente à educação, saúde, tecnologia e lazer. Dentre as causas da pobreza relativa destacam-se: a) políticas econômicas globais e agrícolas inadequadas, com forte taxação implícita aos produtos dos pequenos produtores; b) subsídios compensatórios não incorporados pelo grupo (crédito subsidiado); e c) ausência de concorrência entre agroindústrias que compram produtos de pequenos produtores. Adicionalmente, a alta taxa

de natalidade no Brasil, que aumentou a oferta de mão-de-obra e a estagnação econômica dos últimos anos, contribui para o aviltamento dos salários no meio rural.

Quanto à dimensão da pobreza no campo, faltam levantamentos recentes publicados. O Censo Demográfico de 1991 deverá trazer importantes informações sobre o tema. Mesmo assim, não é difícil estimar que a pobreza absoluta tem maior concentração no meio rural no Nordeste e em alguns bolsões de pobreza do Centro-Sul. A pobreza relativa atinge ambas as regiões, com predomínio sobre os pequenos produtores.

Que medidas de política podem ser adotadas para alívio da pobreza absoluta? Onde as condições para a agricultura e pecuária não são adequadas – sertão seco do Nordeste –, as perspectivas são sombrias. Pelo menos a curto prazo, a instituição de um programa social de apoio, a fundo perdido, deve ser vista como alternativa para minimizar temporariamente o sofrimento daquele povo. Como medida de médio prazo, o Governo deve incentivar a criação de empregos produtivos, por exemplo, através de irrigação com a implantação de processos agroindustriais que absorvam produtivamente mão-de-obra.

À medida que a economia global do país crescer – esta é uma condição necessária para a eliminação da pobreza tanto no campo como na cidade – parte desta população se transferirá para centros urbanos. Neste período de ajustamento, a educação básica é fundamental na preparação destas famílias para o mercado de trabalho nas cidades. Querer “represar” a população pobre no meio rural, a qualquer custo, será um erro histórico. Será a opção pela pobreza e pela miséria, ao invés de opção pelos pobres?

A solução da pobreza absoluta no campo passa pela educação básica, pelo planejamento familiar, pelo cuidado com a saúde. Do ponto de vista produtivo, implica a adoção de tecnologias mais eficientes de produção, inclusive de seleção de culturas mais rentáveis. Por exemplo, grande alternativa se abre com o aumento do consumo de frutas no país e no exterior. Este processo leva tempo e exige paciência de técnicos e políticos para que se possam colher resultados. Não parece uma visão adequada querer transformar agricultores ignorantes em empresários rurais.

O alívio da pobreza, no curto prazo, exige programa governamental de apoio. Não só do Governo Federal cujos programas nesta área mostraram que muito pouco do que é alocado chega até aos beneficiários finais, mas principalmente dos governos locais e de suas comunidades. Ao nível municipal os problemas podem ser mais eficientemente resolvidos. Independente do nível governamental, são necessários recursos consideráveis, a serem obtidos pela eliminação de gastos em atividades não específicas de Governo.

A proposta de solução para a pobreza relativa diferencia-se da anterior. Além dos serviços sociais básicos, como educação e saúde, estes agricultores necessitam ainda de apoio para a transformação tecnológica de suas propriedades em unidades altamente eficientes de produção e apoio à comercialização de seus produtos, sem subsídios embora com taxas de juros favorecidas. No momento em que a economia se abre para o exterior, com diminuição de alíquotas de importação, a situação destes agricultores deve ser acompanhada de muito perto para que no futuro não venham a cair na pobreza absoluta.

Um instrumento importante para que os pequenos agricultores alcancem condições de progresso econômico-social é o processamento dos produtos que eles produzem (agroindustrialização), em condições de mercado competitivo. Neste campo a organização de cooperativas possui importância fundamental. Dois exemplos ilustram o caminho a ser seguido e merecem maiores estudos para extrair deles lições de políticas: a agroindustrialização do Oeste de Santa Catarina e o pólo agroindustrial de Petrolina-Juazeiro.

Em conclusão, a eliminação da pobreza rural no Brasil depende mais do desenvolvimento global da economia, em especial do progresso da agricultura do que de ações públicas. Como responsabilidade de Governo, requer educação básica e saúde; ao nível social, planejamento familiar; aos aspectos econômicos implica produção mais voltada para o mercado, vinculada a processos agroindustriais e a formas eficientes de comercialização, para poder agregar maior valor ao nível de fazenda. Receitas simples, conhecidas, mas não implementadas até agora como prioridades da sociedade brasileira e do Governo.